

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de junho de 2016 do Banco ABC Brasil S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

A política de administração por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira. O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda expertise na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABC84) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 30 de junho de 2016: Bank ABC 59,46%; Mercado: 31,19%; Administradores e Conselheiros: 6,52%; e Ações em Tesouraria: 2,83%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 195,2 milhões no primeiro semestre de 2016, crescimento de 14,6% em relação ao lucro líquido de R\$ 170,4 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse lucro líquido representou uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 15,0% a.a. no primeiro semestre de 2016, aumento de 0,9 p.p. em relação aos 14,1% a.a. do primeiro semestre de 2015.

A variação do lucro líquido do banco em relação ao semestre anterior resulta, principalmente, do aumento da margem financeira gerencial e da receita de prestação de serviços, apesar das despesas de pessoal, administrativas e operacionais e de provisão para créditos de liquidação duvidosa também terem aumentado. Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R\$ 92,6 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,55 para cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2016. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (ver Nota Explicativa 26/b/c).

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 19.573,1 milhões ao final de junho de 2016 (R\$ 20.025,3 milhões ao final de dezembro de 2015 e R\$ 19.652,5 milhões ao final de junho de 2015). A carteira de empréstimos apresentou um índice de créditos classificados entre AA-C em relação à carteira total de empréstimos de 92,8% ao final de junho de 2016 (95,5% ao final de dezembro de 2015 e 95,5% ao final de junho de 2015). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 3,93% do total da carteira de empréstimos ao final de junho de 2016 (2,95% ao final de dezembro de 2015 e 2,56% ao final de junho de 2015).

IN CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispôs sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 573,5 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

CLAUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

GESTÃO DE RISCO

1 - Risco corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 3.300/02, 3.644/07, 3.721/09, 4.090/12 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantêm estruturas e especificações que regem as atividades de gestão de risco operacional, de mercado, de crédito, de liquidez e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e às Circulares nºs 3.678/13 e 3.748/15 e do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira possível, e informar imediatamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contendo com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite a risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim. A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2 - Risco operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da área jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e Compliance (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

3 - Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descausamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos prevê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite a risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4 - Risco de crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Risco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação e responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho. O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplimento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desmembramento dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos. Antes de tudo, porém, os riscos de crédito são de responsabilidade primária das áreas e pessoas que mantêm o relacionamento comercial com o cliente.

5 - Responsabilidade socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6 - Gestão de capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Participam do processo também as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria, que contribuem com informações, subsídios e avaliações complementares. Em atendimento à Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil.

7 - Comitê de remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas concorrentes, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8 - Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de Compliance busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater o lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846 de Anticorrupção. A área de Compliance também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 03 de agosto de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	Banco		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante		16.635.741	17.184.474	16.816.734	17.351.437
Disponibilidades	3	28.279	58.273	28.279	58.273
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.356.244	5.587.427	5.356.244	5.587.427
Aplicações no mercado aberto		4.801.060	4.775.629	4.801.060	4.775.629
Aplicações em depósitos interfinanceiros		142.592	357.818	142.592	357.818
Aplicações em moedas estrangeiras		412.592	454.030	412.592	454.030
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.936.227	2.995.854	4.115.936	3.161.134
Carteira própria	5.a	2.726.315	2.483.655	2.906.024	2.648.935
Vinculados à prestação de garantias	5.a	789.842	351.646	789.842	351.646
Vinculados a operações compromissadas	5.a	8.210	5.914	8.210	5.914
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	411.860	154.639	411.860	154.639
Relações interfinanceiras	6	12.656	1.160	12.656	1.160
Pagamentos e recebimentos a liquidar		12.419	55	12.419	55
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		237	1.105	237	1.105
Operações de crédito		5.624.216	6.540.050	5.624.216	6.540.050
Operações de crédito - Setor público	7	53.308	13.081	53.308	13.081
Operações de crédito - Setor privado	7	5.765.344	6.701.581	5.765.344	6.701.581
Operações de crédito - Vinculadas às cessões	7	-	37.218	-	37.218
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(194.436)	(211.830)	(194.436)	(211.830)
Outros créditos		1.595.035	1.970.978	1.596.319	1.972.661
Créditos por avais e fianças honradas		337.600	8.132	337.600	8.132
Carteira de câmbio	9.a	334.033	1.520.273	334.033	1.520.273
Rendas a receber		15.283	10.637	15.283	10.637
Negociação e intermediação de valores	9.b	561.377	49.294	561.377	49.294
Diversos	9.c	688.115	402.489	689.399	404.172
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(37.533)	(19.847)	(37.533)	(19.847)
Outros valores e bens		83.084	30.682	83.084	30.682
Outros valores e bens		77.419	26.066	77.419	26.066
Despesas antecipadas		5.665	4.616	5.665	4.616
Realizável a longo prazo		5.858.778	5.678.226	5.858.785	5.678.226
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.876.569	1.196.191	1.876.569	1.196.191
Carteira própria	5.a	792.454	663.129	792.454	663.129
Vinculados à prestação de garantias	5.a	356.203	452.356	356.203	452.356
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	727.912	80.706	727.912	80.706
Operações de crédito		3.710.987	4.178.437	3.710.987	4.178.437
Operações de crédito - Setor público	7	12.000	88.000	12.000	88.000
Operações de crédito - Setor privado	7	3.818.968	4.152.568	3.818.968	4.152.568
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8	(119.981)	(62.131)	(119.981)	(62.131)
Outros créditos		269.545	300.928	269.552	300.928
Rendas a receber		2.253	856	2.253	856
Diversos	9.c	324.779	304.422	324.786	304.422
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(57.487)	(4.350)	(57.487)	(4.350)
Outros valores e bens		1.677	2.670	1.677	2.670
Despesas antecipadas		1.677	2.670	1.677	2.670
Permanente		223.557	207.809	46.181	44.150
Investimentos	10	177.990	164.011	614	352
Participações em controladas - No País		177.376	163.659	-	-
Outros investimentos		614	352	614	352
Imobilizado de uso	11	30.195	31.453	30.195	31.453
Outras imobilizações de uso		47.722	48.242	47.722	48.242
Depreciações acumuladas		(17.527)	(16.789)	(17.527)	(16.789)
Intangível	11	15.372	12.345	15.372	12.345
Ativos intangíveis		34.341	27.128	34.341	27.128
Amortizações acumuladas		(18.969)	(14.783)	(18.969)	(14.783)
Total do ativo		22.718.076	23.070.509	22.721.700	23.073.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Reservas de lucros

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Equalização de dividendos	Recopra de ações	Ajustes de equivalência patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.191.586	20.939	103.658	866.178	55.000	(3.648)	-	(45.168)	2.188.545
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	(4.339)	-	-	(4.339)
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(4.332)	(4.332)
Aumento de capital	42.603	-	-	-	-	-	-	-	42.603
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	170.356	-	170.356
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(62.047)	-	(62.047)
Capitalização de reservas	-	692.942	-	(692.942)	-	-	-	-	-
Destinação - Reserva legal	-	-	8.518	-	-	-	-	(8.518)	-
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	-	-	4.416	-	-	-	-	4.416
Saldos em 30 de junho de 2015	1.927.131	25.355	112.176	173.236	55.000	(7.987)	99.791	(49.500)	2.335.202
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.980.139	27.013	122.204	389.583	55.000	(10.958)	-	(53.322)	2.509.659
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	8.271	-	-	8.271
Aquisição/distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	2.409	2.409
Aumento de capital	62.875	-	-	-	-	-	-	-	62.875
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	195.245	-	195.245
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(92.648)	-	(92.648)
Destinação - Reserva legal	-	-	9.762	-	-	-	-	-	9.762
Constituição de reserva - Remuneração da Administração	-	-	-	3.009	-	-	-	-	3.009
Saldos em 30 de junho de 2016	2.043.014	30.022	131.966	389.583	55.000	(2.687)	92.835	(50.913)	2.688.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As principais práticas contábeis são assim resumidas: a) *Críticas de avaliação dos ativos:* As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. b) *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias. c) *Críticas de avaliação dos passivos:* As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. d) *Hedge Accounting:* Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão do risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na Notas 5.b, 15.b e 16.c, respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de três carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b). e) *Classificação dos ativos e passivos circulates e a longo prazo:* Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. f) *Auração das receitas e despesas:* As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulates e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:* O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. h) *Recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment):* É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. i) *Imposto de Renda e Contribuição Social:* O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil por ano, exercido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20%. Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, fruto da conversão da medida provisória nº 627/13, que altera a legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A referida lei dispõe sobre diversos assuntos e em especial sobre: i. A revogação do regime tributário de transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; ii. A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e iii. Reabertura do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e instituição de novo parcelamento especial de Contribuição para o PIS e COFINS da Lei nº 9.718/98. O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973/14 passou a vigorar a partir de 2015 e não existem impactos relevantes na organização. Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015. j) *Lucro por ação:* O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e consolidado	
	2016	2015
Disponibilidades	28.279	58.273
Aplicações financeiras de liquidez	4.598.853	4.919.981
Aplicações em moedas estrangeiras	412.592	454.030
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	4.186.261	4.465.951
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.627.132	4.978.254

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até novembro de 2016, no montante de R\$ 4.801.060 (R\$ 4.775.629 em 2015), as aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R\$ 412.592 (R\$ 454.030 em 2015) e as aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimentos até junho de 2017, no montante de R\$ 142.592 (R\$ 357.818 em 2015).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) *Títulos e valores mobiliários:* As classificações dos títulos, em 30 de junho de 2016 e 2015, são demonstradas como segue:

	2016				2015			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil	Mercado/Contábil	Mercado/Contábil	Mercado/Contábil	Mercado/Contábil
Títulos para negociação								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.056.932	1.056.040	1.194.928	1.194.015	897.300	897.300	1.046.783	1.046.783
Eurobônus	12.747	12.935	12.747	12.935	18.480	18.480	18.480	18.480
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	236.300	237.742	236.300	237.742	64.463	64.463	64.463	64.463
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	109.326	109.329	131.264	131.267	23.250	23.250	23.250	23.250
Debêntures (b)	4.127	3.791	4.127	3.791	175.361	175.361	175.361	175.361
Notas Promissórias - NP	3.572	3.575	3.572	3.575	-	-	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	1.423.004	1.423.412	1.582.938	1.583.325	1.178.854	1.178.854	1.328.337	1.328.337
Títulos disponíveis para venda (c)								
Eurobônus	36.742	34.800	36.742	34.800	44.054	44.054	44.054	44.054
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	82.827	80.552	82.827	80.552	82.605	82.605	82.605	82.605
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	19.796	19.796	15.797	15.797	15.797	15.797
Debêntures (b)	900.615	897.018	900.615	897.018	807.908	807.908	807.908	807.908
Notas Promissórias - NP	335.577	335.877	335.577	335.877	70.249	70.249	70.249	70.249
Cédula do Produtor Rural - CPR	144.151	144.189	144.151	144.189	97.040	97.040	97.040	97.040
Títulos públicos emitidos em outros países	1.040.933	1.043.191	1.040.933	1.043.191	951.742	951.742	951.742	951.742
Letras Financeiras - LF	140.180	140.512	140.180	140.512	120.933	120.933	120.933	120.933
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	2.681.025	2.676.139	2.700.821	2.695.935	1.274.531	1.274.531	2.190.328	2.190.328
Títulos mantidos até o vencimento								
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	573.473	573.473	573.473	573.473	603.315	603.315	603.315	603.315
Subtotal - Mantidos até o vencimento	573.473	573.473	573.473	573.473	603.315	603.315	603.315	603.315
Total	4.677.502	4.673.024	4.857.232	4.852.733	3.956.700	3.956.700	4.121.980	4.121.980

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 30 de junho de 2016, ajuste negativo de R\$ 15.683 (ajuste negativo de R\$ 16.988 em 2015). (b) Em 30 de junho de 2016 a Administração decidiu reclassificar os títulos no montante R\$ 11.587 da categoria títulos para negociação para a categoria títulos disponíveis para venda em função das condições de liquidez desses ativos. Não houve quaisquer efeitos nos resultados. (c) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para desvalorização dos títulos, no montante de R\$ 59.242 em 30 de junho de 2016 (R\$ 5.302 em 2015). Em 30 de junho de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 4.886 (R\$ 13.311 de perda em 2015), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 2.687 (R\$ 7.987 de perda em 2015). A composição da carteira em 30 de junho de 2016, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	Banco e consolidado						
	2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	406.648	649.392	1.056.040
Eurobônus	-	-	-	-	12.935	12.935	12.935
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	47.335	-	57.783	20.919	111.705	237.742
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	3.242	53.739	52.348	-	-	109.329
Debêntures	-	-	-	-	-	3.791	3.791
Notas Promissórias - NP	-	-	-	-	-	3.575	3.575
Subtotal - Títulos para negociação	-	50.577	57.314	110.131	427.567	777.823	1.423.412
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	-	28.760	6.040	-	34.800
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	80.552	80.552
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	19.796	-	-	-	19.796
Debêntures	53.660	128.578	22.776	11.642	239.359	441.003	897.018
Notas Promissórias - NP	143.847	8.822	93.624	42.383	34.477	12.724	335.877
Cédula do Produtor Rural - CPR	-	10.646	-	41.223	52.486	39.834	144.189
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	1.043.191	-	-	-	1.043.191
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	140.512
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	197.507	148.046	1.300.103	124.008	332.362	574.113	2.676.139
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	331.291	242.182	-	573.473
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	331.291	242.182	-	573.473
Total - 2016	195.507	198.623	1.357.417	565.430	1.002.111	1.351.936	4.673.024
Total - 2015	66.848	2.138	1.236.129	401.055	915.956	1.334.874	3.956.700

	Banco e consolidado						
	2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	544.623	649.392	1.194.015
Eurobônus	-	-	-	-	12.935	12.935	12.935
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	47.335	-	57.783	20.919	111.705	237.742
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	3.242	53.739	52.348	-	-	131.267
Debêntures	-	-	-	-	-	3.791	3.791
Notas Promissórias - NP	-	-	-	-	-	3.575	3.575
Subtotal - Títulos para negociação	-	50.577	57.314	110.131	587.480	777.823	1.583.325
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	-	28.760	6.040	-	34.800
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	80.552	80.552
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	19.796	-	-	-	19.796
Debêntures	53.660	128.578	22.776	11.642	239.359	441.003	897.018
Notas Promissórias - NP	143.847	8.822	93.624	42.383	34.477	12.724	335.877
Cédula do Produtor Rural - CPR	-	10.646	-	41.223	52.486	39.834	144.189
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	1.043.191	-	-	-	1,043,191
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	140,512
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	197.507	148.046	1,319,899	124,008	332,362	574,113	2,695,935
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	331,291	242,182	-	573,473
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	331,291	242,182	-	573,473
Total - 2016	197,507	198,623	1,377,213	565,430	1,162,024	1,351,936	4,852,733
Total - 2015	68,711	6,681	1,236,129	410,446	915,656	1,484,357	4,121,980

O Banco possui "Títulos vinculados a garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

	Valor de mercado	
	2016	2015
Títulos vinculados		
Derivativos - BM&FBOVESPA e CBLIC	464.249	659.637
Câmbio - BM&FBOVESPA	91.727	62.388
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	126.101	81.977
Repasses - Circular nº 3.844	463.968	-
Total	1.146.045	804.002

b) *Instrumentos financeiros derivativos:* O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estritos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado						
	2016						2015
	Setor privado						
	Intermediários financeiros	Indústria	Comércio	Serviços	Pessoas físicas	Setor público	Total
Operações de crédito							
Empréstimos	85.192	963.310	586.408	2.810.637	75.180	65.308	4.586.035
Financiamentos - BNDES/FINAME	358.678	75.416	556.880	5.037	996.011	1.373.498	1.373.498
Financiamentos à exportação	894.229	69.919	718.525	124.014	1.806.687	1.475.706	1.475.706
Repasses de captação externa	-	-	470	59.849	-	60.319	45.003
Títulos descontados	-	9.727	3.739	2.670	-	16.136	35.867
Financiamentos em moeda estrangeira	447.510	183.265	315.621	-	946.396	1.296.941	1.296.941
Conta garantida	-	40.383	33.444	65.942	6.356	146.125	218.132
Aquisição de direitos creditórios	-	-	-	-	-	-	100
Financiamentos rurais e agroindustriais	280.727	264.711	382.072	15.539	943.049	948.069	948.069
Financiamentos imobiliários	-	-	-	-	-	148.862	106.208
Operações de crédito cedidas	-	-	-	-	-	-	37.218
Subtotal - Operações de crédito	85.192	2.994.564	1.217.372	5.061.058	226.126	65.308	9.649.620
Outros créditos							
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	-	112.657	42.398	87.435	-	-	242.490
Títulos e créditos a receber	-	70.576	73.739	300.018	3.993	-	448.326
Créditos vinculados a operações de cessão (b)	3.301	-	13.802	21.792	-	-	38.895
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	-	31.415	2.345	-	-	-	33.760
Financiamentos à importação (a)	-	-	2.302	-	-	-	2.302
Subtotal - Outros créditos	3.301	214.648	134.586	409.245	3.993	-	765.773
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	88.493	3.209.212	1.351.958	5.470.303	230.119	65.308	10.415.393
Garantias prestadas e responsabilidades							
Fianças prestadas a clientes (c)	2.223.325	1.422.056	1.260.019	3.304.896	47.394	765.622	9.023.312
Créditos abertos para importação	-	5.973	-	128.392	-	-	134.365
Subtotal - Garantias prestadas e responsabilidades	2.223.325	1.428.029	1.260.019	3.433.288	47.394	765.622	9.157.677
Total - 2016	2.311.818	4.637.241	2.611.977	8.903.591	277.513	830.930	19.573.070
Total - 2015	2.429.517	4.534.120	3.154.368	8.665.550	356.648	512.304	19.652.507

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 240.783 (R\$ 305.073 em 2015), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (Nota 16.a) acrescido de R\$ 4.009 (R\$ 7.639 em 2015) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9.a). (b) Saldo no valor de R\$ 38.895 (R\$ 45.136 em 2015) referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (Nota 9.a). (c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 30 de junho de 2016, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R\$ 25.760 (R\$ 13.084 em 30 de junho de 2015) - Nota 25.e. Os saldos das garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado			
	2016		2015	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	6.512.927	-	6.481.647	-
A	1.314.658	6.573	888.176	4.441
B	1.198.271	11.983	557.886	5.579
C	98.632	2.959	78.597	2.358
D	28.558	2.856	7.067	706
E	4.631	1.389	-	-
Total	9.157.677	25.760	8.013.373	13.084

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado					
	2016					
	A vencer					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Operações de crédito	816.964	1.282.134	1.522.868	2.090.009	3.000.758	830.210
Outros créditos	151.952	217.681	139.659	177.332	18.122	19.783
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	968.916	1.499.815	1.662.527	2.267.341	3.018.880	849.993
Garantias prestadas e responsabilidades	876.441	1.285.740	2.417.672	3.272.915	1.252.079	52.830
Total - 2016	1.845.357	2.785.555	4.080.199	5.540.256	4.270.959	902.823
Total - 2015	2.021.990	2.779.946	3.881.533	5.528.127	4.462.881	831.613

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorrem conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios: No semestre findo em 30 de junho de 2016, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 3.218 (R\$ 502 em 2015), o efeito dessas operações no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi negativo de R\$ 99 (resultado positivo de R\$ 63 em 2015).

(ii) Com retenção substancial de riscos e benefícios: Em 30 de junho de 2016, no Banco e Consolidado, não foram realizadas operações de cessão de créditos com coobrigação. O saldo referente ao ativo financeiro objeto da venda ou transferência é de R\$ 37.218 em 2015 e o saldo do passivo da obrigação assumida é de R\$ 37.536 em 2015, registrado na rubrica - Outras obrigações - Diversas (Nota 16.e). As receitas do ativo financeiro objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 112 (R\$ 2.541 em 2015) e as despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão totalizaram R\$ 68 (R\$ 2.019 em 2015). A concentração do risco de crédito está assim demonstrada:

	Banco e consolidado			
	2016		2015	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	709.824	3,63	502.846	2,56
10 maiores devedores	3.861.896	19,73	3.661.629	18,63
20 maiores devedores	5.573.107	28,47	5.384.172	27,40

(1) Total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS

A carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, em 30 de junho de 2016 e 2015, estão assim distribuídos:

	Banco e consolidado			
	2016			
	Curso normal	Atraso	Total	Provisão
Nível de risco				Res. 2.682/99
AA	-	-	510.745	-
A	0,5%	3.270.225	-	16.351
B	1,0%	4.196.628	76	41.967
C	3,0%	1.682.558	1.760	50.530
D	10,0%	327.994	9.502	33.750
E	30,0%	235.856	23.327	82.721
F	50,0%	11.015	20.005	15.510
G	70,0%	11.773	11.873	16.552
H	100,0%	20.678	81.378	102.056
Provisão adicional (*)	-	-	-	50.000
Total		10.267.472	147.921	10.415.393

(*) Refer-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico a as incertezas a ele associadas.

	Banco e consolidado			
	2015			
	Curso normal	Atraso	Total	Provisão
Nível de risco				Res. 2.682/99
AA	-	-	493.532	-
A	0,5%	3.957.773	-	19.789
B	1,0%	5.168.240	67	51.683
C	3,0%	1.486.278	11.587	44.396
D	10,0%	275.659	2.500	27.816
E	30,0%	62.212	26.646	88.858
F	50,0%	17.607	4.443	22.050
G	70,0%	22.603	31.858	54.461
H	100,0%	8.813	69.316	78.129
Provisão adicional (*)	-	-	-	298.158
Total		11.492.717	146.417	11.639.134

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

	Banco e consolidado		
	2016		
	Operações de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do semestre	251.736	87.107	338.843
Constituição/(Reversão)	84.121	19.964	104.085
Varição cambial de saldo	(8.896)	-	(8.896)
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	(202)	(202)
Créditos compensados como prejuízo	(12.544)	(11.849)	(24.393)
Saldo no final do semestre	314.417	95.020	409.437

Em 30 de junho de 2016, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 585.959 (R\$ 451.181 em 2015), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 326.664 (R\$ 186.498 em 2015). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 3.455 (R\$ 942 em 2015).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e consolidado	
	2016	2015
Câmbio comprado a liquidar - CCL	269.053	565.222
Provisão sobre variação cambial de CCL	(80)	(658)
Direitos sobre vendas de câmbio	64.624	948.689
Adiantamentos recebidos	(3.573)	(619)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	4.009	7.639
Total	334.033	1.520.273

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Créditos tributários (Nota 21)	382.648	238.832	382.659	238.856
Devedores por depósitos em garantia	116.486	120.104	116.486	120.104
Impostos e contribuições a compensar	24.573	17.100	25.851	18.750
Títulos e créditos a receber	445.153	281.596	445.153	281.596
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	38.895	45.136	38.895	45.136
Outros	5.139	4.143	5.145	4.152
Total	1.012.894	706.911	1.014.185	708.594

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

10. INVESTIMENTOS

	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	
	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Capital social	50.002	55.632	-	-
Patrimônio líquido	87.900	89.476	-	-
Resultado do semestre	2.953	3.852	-	-
Nº de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-	-	-
Nº de cotas possuídas	-	55.631.814	-	-
% de participação	100,00	99,99	-	-
Valor contábil	87.900	89.476	177.376	163.659
Equivalência patrimonial	2.953	3.852	6.805	5.900

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiárias em propriedades de terrenos, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

11. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiárias em propriedades de terrenos, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logotipos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. DEPOSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco e consolidado					
	2016					
	Sem vencimento					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Depósitos à vista	63.281	-	-	-	63.281	50.850
Depósitos interfinanceiros	-	28.702	86.990	5.174	120.866	129.245
Depósitos a prazo	-	1.037.576	2.132.872	353.582	3.527.372	4.953.996
Total - 2016	63.281	1.066.278	2.219.862	358.756	48.342	3.755.957
Total - 2015	50.850	1.932.399	2.596.803	547.006	7.033	5.134.091

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado				
	2016				
	Até 3 meses				
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	218.533	546.300	166.976	-	931.809
Letras de crédito do agronegócio	468.772	782.667	450.316	1.473	1.703.228

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, ajuste ao valor de mercado disponível para venda no valor de R\$ 7 em 30 de junho de 2016 (R\$ 24 em 30 de junho de 2015).
O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como segue:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 9.c)	382.648	238.832	382.655	238.856
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.b)	(260.473)	(66.900)	(260.473)	(66.900)
Total	122.175	171.932	122.182	171.956

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 30 de junho de 2016 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

Exercício	Banco		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
2016	134.146	(227.956)	(93.810)	(93.810)
2017	26.131	(5.398)	20.733	20.733
2018	86.802	(4.774)	82.028	82.028
2019	20.198	(3.362)	16.836	16.843
2020	75.996	(11.741)	64.255	64.255
2021	24.761	(5.41)	24.220	24.220
Acima de 5 anos	14.614	(6.701)	7.913	7.913
Total	382.648	(260.473)	122.175	122.182
Valor presente - Selic	264.835	(218.362)	46.472	46.476

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 são demonstradas a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	381.721	123.719	386.081	127.128
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	171.775	49.487	176.159	52.921
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos				
diferidos líquidos de créditos tributários no período	(164.234)	76.527	(164.465)	76.523
Recargas/despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	69.907	(55.535)	66.845	(57.896)
Resultados de participações societárias	(3.062)	(2.360)		
Juros sobre o capital próprio	(41.692)	(24.819)	(41.692)	(24.819)
Outros valores	(10.452)	(13.410)	(10.476)	(13.434)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	22.242	29.890	26.371	33.295
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no semestre	237.787	35.485	237.970	35.485
Passivos fiscais realizados no semestre	(142.228)	(44.224)	(142.411)	(44.224)
Créditos tributários constituídos no semestre	(179.360)	(93.433)	(179.362)	(93.433)
Créditos tributários realizados no semestre	248.035	25.645	248.268	25.649
Total dos impostos e contribuições diferidos	164.234	(76.527)	164.465	(76.523)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	186.476	(46.637)	190.836	(43.228)

22. PARTES RELACIONADAS
a) **Empresas controladas e ligadas:** Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações.
Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações/Partes relacionadas	Grau de relação	Prazos até	2016		2015	
			Ativo/Passivo	Receitas/(Despesas) semestre	Ativo/Passivo	Receitas/(Despesas) semestre
Depósitos à vista						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/Vencto.	(84)	-	(73)	-
ABC Brasil DTVM S.A.	Controlada	S/Vencto.	(578)	-	(109)	-
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/Vencto.	(6)	-	(24)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	01/08/2016	(593)	-	(388)	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	01/08/2016	(905)	(5)	(1.704)	(2)
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016	-	(657)	(349.557)	(2.303)
Administradores	Diversos		(26.227)	(3.187)	(27.302)	(2.018)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	17/08/2017	(807.077)	(3.708)	(129.093)	(687)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	10/08/2016	(48.469)	-	(37.457)	-
Outras obrigações - Prestação de serviços						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda.	Controlada	08/07/2016	(39)	(240)	(29)	(177)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo. A Remuneração Variável será calculada: a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., dos últimos 20 pregões do exercício. A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 está assim composta:

	2016	2015
Remuneração fixa	10.522	9.087
Remuneração variável	13.806	12.706
Total de benefícios de curto prazo	24.328	21.793
Remuneração baseada em ações	16.051	15.348
Total de benefícios de longo prazo	16.051	15.348
Total	40.379	37.141

c) **Resumo da movimentação do plano de remuneração:** Para atender à resolução sobre remuneração, o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores. De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2015	Novos	Ações entregues	Junho de 2016
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.244	-	(227.244)	-
3º	30/08/2013 - 30/08/2016	272.635	-	-	272.635
4º	28/11/2013 - 28/11/2016	10.610	-	-	10.610
5º	25/02/2014 - 25/02/2016	281.988	-	(281.988)	-
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	-	-	281.988
6º	29/08/2014 - 29/08/2016	225.435	-	-	225.435
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.435	-	-	225.435
7º	26/02/2015 - 26/02/2016	295.161	-	(295.161)	-
7º	26/02/2015 - 26/02/2017	295.161	-	-	295.161
7º	26/02/2015 - 26/02/2018	295.161	-	-	295.161
8º	20/08/2015 - 20/08/2016	311.546	-	-	311.546
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	311.546	-	-	311.546
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	311.546	-	-	311.546
9º	25/02/2016 - 25/02/2017	-	466.707	-	466.707
9º	25/02/2016 - 25/02/2018	-	466.701	-	466.701
9º	25/02/2016 - 25/02/2019	-	466.698	-	466.698
Total		3.345.456	1.400.106	(804.393)	3.941.169

23. PENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2016 e 2015 são demonstrados como segue:

Ativos	2016		2015	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Disponibilidades	3.361	10.788	5.704	17.696
Aplicações interfinanceiras de liquidez	80.351	257.909	84.052	260.781
TVM e instrumentos financeiros derivativos	60.550	194.354	49.178	152.580
Operações de crédito - Líquido	537.399	1.724.944	901.774	2.797.846
Outros créditos e valores e bens	5.155	16.548	6.929	21.497
Total	686.816	2.204.543	1.047.637	3.250.400
Passivos				
Depósitos à vista	84	270	77	237
Depósitos a prazo	39.420	126.530	739.739	2.295.114
Recursos de aceites	-	-	69.296	214.996
Obrigações por empréstimos no exterior	1.126.594	3.616.140	918.020	2.848.250
Instrumentos financeiros derivativos	43.571	139.854	29.875	92.691
Outras obrigações	233	749	313	972
Total	1.209.902	3.883.543	1.757.320	5.452.260

A DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 03 de agosto de 2016, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A., da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e das demais controladas, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do Banco ABC Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos

24. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A provisão para participações nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

25. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.11.g) explica critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. a) **Contingências fiscais:** O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores cujo detalhamento das principais causas são os seguintes: *IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:* Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adcionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 10.005. *Imposto sobre serviços ("ISS"):* Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003 e de 2008 a 2011. Tais valores correspondem a R\$ 6.337. *Encargos Previdenciários ("INSS"):* O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R\$ 175.769. *Compensações não homologadas:* Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 3.347. *IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito:* Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 4.690. *IRPJ/CSLL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 a 2011:* Trata-se de cobrança de IRPJ e CSLL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos à diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R\$ 63.593. b) **Obrigações legais:** Existem ainda exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, cuja principal discussão é descrita a seguir: *ISS - Imposto sobre serviços:* Mandado de segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avis e fianças relativo ao período de 2007 a 2016. Em junho de 2016, foi prolatada decisão desfavorável ao Banco ABC Brasil S.A. pela Corte Suprema. O Banco aguarda publicação da decisão para o segundo semestre de 2016. O valor da discussão é de R\$ 49.342. c) **Contingências trabalhistas:** Em 30 de junho de 2016, as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizava R\$ 10.433 (Nota 25.e). As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizava R\$ 8.281 e não foram provisionadas. d) **Contingências cíveis:** Em 30 de junho de 2016, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizava R\$ 1.079 (Nota 25.e). As ações cíveis classificadas como perda possível totalizava R\$ 6.149 e não foram provisionadas. e) **Movimentações das provisões constituídas:**

	Banco e Consolidado		
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis
No início do semestre	75.404	9.635	295
Constituição/(Reversão)	(2.606)	1.925	784
Baixa	-	(1.127)	-
No final do semestre	72.798 (b)	10.433 (a)	1.079

(a) vide Nota 25.c; (b) vide Nota 25.b; (c) vide Nota 7.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 30 de junho de 2016, o capital social é representado por 173.998.017 ações nominativas (158.926.913 em 2015) escriturais e sem valor nominal, sendo 87.515.454 ações ordinárias (79.715.509 em 2015) e 86.482.563 ações preferenciais (79.211.404 em 2015).
b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, foi deliberada pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
27/06/2016	92.648	41.692
26/06/2015	62.047	24.819

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. c) **Aumento de capital:** Em 23 de dezembro de 2014, foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R\$ 42.603, aprovado em 09 de março de 2015 pela Administração, correspondente à emissão de 4.159.432 novas ações, sendo 2.143.674 novas ações ordinárias e 2.015.758 novas ações preferenciais. Foi integralizado com a utilização dos juros sobre capital próprio e também em espécie. Em 08 de abril de 2015, o Banco Central do Brasil homologou o referido aumento de capital, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2015. Em 20 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de lucros - Equalização de dividendos", sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R\$ 692.942, homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de junho de 2015. Em 30 de junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais", sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R\$ 268, homologado pelo Banco Central do Brasil em 01 de setembro de 2015. Em 10 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 52.740, correspondente à emissão de 5.964.509 novas ações, sendo 3.080.534 novas ações ordinárias e 2.883.975 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de outubro de 2015. Em 28 de dezembro de 2015, foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R\$